



1º ENCONTRO ESPANHOL PARA MAGISTRADOS TRABALHISTAS BRASILEIROS “O FUTURO DO DIREITO DO TRABALHO: ESTUDO DA REALIDADE EUROPEIA”

O curso objetiva permitir a magistrados do trabalho brasileiros uma imersão no Direito do Trabalho europeu, especialmente espanhol, com vistas a compreender suas transformações em decorrência da forte crise econômica por que passam naquele continente.

Parte de suas bases constitucionais e principiológicas para traçar o panorama de seu futuro na Europa e, perspectivamente, nos demais países com origens trabalhistas similares e que também passam por abalos econômicos.

Analisa criticamente as principais transformações ocorridas após a crise de alguns países europeus, iniciada no ano de 2008, bem como os impactos do Real Decreto-Ley 3/2012 - Espanha (hoje Ley 3/2012) e sua eficácia como ferramenta de contenção da crise e aumento de postos de trabalho. Verifica questões polêmicas como a responsabilidade patronal nos acidentes de trabalho, os sistemas de remuneração flexível, a absorção de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho e o papel dos sindicatos nesse cenário complexo e dinâmico. Ao final, afina técnicas de aplicação do conhecimento adquirido no curso.

Os encontros serão presenciais, sediados na Faculdade de Direito da Universidad Complutense de Madrid. As aulas terão perfil teórico-prático e primarão pelos debates de cases.

Preveem-se visitas guiadas ao Tribunal Superior da Espanha, ao Ministério de Empleo e Seguridad Social e a uma empresa, possivelmente francesa.

As atividades serão realizadas em espanhol, sem tradução simultânea. Na visita à empresa francesa haverá um mediador brasileiro.

Na primeira quinzena de dezembro, os participantes receberão por e-mail material em pdf para leitura prévia ao curso.

A atividade é fruto da cooperação entre a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. Região, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidad Complutense de Madrid.

A programação e os valores estão sujeitos a alterações.

Vagas limitadas. Confirmação da reserva até 30-09-2016.

A taxa do curso não é parcelável.

Aéreo e terrestre não inclusos.

PÚBLICO ALVO:

Magistrados, especialmente da 4ª. Região (Rio Grande do Sul).

Turma mínima: 20 pessoas

Turma máxima: 35 pessoas

ENTIDADES ENVOLVIDAS:

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID - UCM

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

COORDENADORES:

JESUS LAHERA FORTEZA – UCM

Doctor en Derecho y Profesor Titular de Derecho del Trabajo y Seguridad Social en la Universidad Complutense de Madrid. Es Profesor también en el Centro de Estudios



Garrigues, Master de asesoría jurídico laboral desde el año 2000 en adelante. Es autor o coautor de 10 monografías (entre otras, “La precariedad en el empleo”, Comares, 2004, “La titularidad de los derechos colectivos de trabajadores y funcionarios”, CES, 2000, “Normas laborales y contratos colectivos”, Reus, 2010, “Tiempo de trabajo y conciliación familiar”, Bomarzo, 2009, “Jurisprudencia social: análisis crítico”, La Ley, 2011). Ha coordinado 6 obras colectivas (entre otras, Estructura sectorial de la negociación colectiva en los ámbitos funcionales de las ordenanzas laborales, Ministerio de Trabajo, Madrid, 2004, Relaciones laborales de las personas con discapacidad, Biblioteca Nueva, Madrid, 2005, Manual jurídico de negociación colectiva, La Ley, Madrid, 2008, La transformación del Derecho del Trabajo, Cuadernos de Relaciones Laborales, volumen 25, nº2, 2007, Relaciones laborales, organización de la empresa y globalización, Cinca, Madrid, 2010, Reforma laboral 2012 : preguntas y respuestas, Cinca, Madrid, 2012). Ha participado en más de 60 libros colectivos y es autor de numerosos artículos en revistas especializadas y de análisis jurisprudenciales. Es colaborador habitual de Cinco Días y puntualmente en otros medios de comunicación como El País. Ha sido director de un proyecto de investigación I +D dedicado a la responsabilidad en accidentes de trabajo, ha participado en numerosos proyectos de investigación nacionales y europeos y en diversos contratos de asesoramiento jurídico, entre los que se encuentra durante varios años uno con el servicio jurídico de UGT. En la actualidad es consultor del despacho AbdonPedrajas&Molero (www.abdonpedrajas.com). En la obra publicada y proyectos de investigación sus líneas de análisis se han centrado en los siguientes temas: contratación laboral temporal y precariedad en el empleo; despido en sus aspectos sustantivos y procesales; titularidad y desarrollo de los derechos colectivos, con especial dedicación a la negociación colectiva; las fuentes de regulación del trabajo; las responsabilidades empresariales en accidentes de trabajo; la flexiseguridad europea y las reformas del mercado de trabajo.

DENISE FINCATO – PUCRS

Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994), Mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999), Doutorado em Direito - Universidad de Burgos (2001). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com ênfase no Pós-Graduação, onde ministra as disciplinas de Metodologia da Pesquisa Jurídica e Novas Tecnologias e Relações de Trabalho. Na graduação e pós-graduação, leciona ainda as disciplinas de Direito do Trabalho, Prática e Processo do Trabalho. É pesquisadora do CNPq, FAPERGS, FAPEMA, onde desenvolveu/desenvolve pesquisas envolvendo os temas: ensino jurídico, trabalho infantil, teletrabalho, processo eletrônico, direito laboral e inovações tecnológicas. Integra comissões editoriais de diversas revistas e é avaliadora no CNPq, CAPES e CONPEDI. Possui experiência na administração acadêmica, tendo sido coordenadora do Departamento de Prática Jurídica da PUCRS (2005-2008) e Coordenadora de Curso (2005-2008). Integrou a lista tríplex (2008) e a lista sêxtupla (2012) para preenchimento da vaga de Desembargador Federal do Trabalho reservada aos advogados no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (quinto constitucional). Integrante do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RS (licenciada). Conselheira da AGETRA - Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (2010-2012). Diretora Cultural da AGETRA - Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (2013-2015). Conselheira da AGETRA (2015-2017). Conselheira Fiscal do Instituto do Câncer Infantil (2014-2017). Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, Rio Grande do Sul - Diretora da Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia - OAB/RS. Acadêmica Titular da Cadeira nº 34 da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho. Sócia



e advogada Trabalhista no escritório Souto, Correa, Cesa, Lummertz e Amaral Advogados.

ALEXANDRE CRUZ – EJ TRT4

Natural da cidade de Porto Alegre – RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS no ano de 1993. Realizou o Curso de Formação de Magistrados do Estado do Rio Grande do Sul (AJURIS), no ano de 1993, e o Curso de Formação de Magistrados na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (FEMARGS), em 1994. Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 1993, em virtude da aprovação no Concurso Público de Técnico Judiciário. No ano de 1995, ingressou, mediante certame público, no Ministério do Trabalho, tendo exercido o cargo de Fiscal do Trabalho. Posteriormente, foi aprovado no 5º Concurso Público para o cargo de Procurador do Trabalho, tomando posse em junho de 1996, na Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, oficiando perante o TRT da 4ª Região e várias Juntas de Conciliação e Julgamento do interior e da capital. Exerceu a função de Coordenador da Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição da PRT da 4ª Região, nos períodos de 2005/2007 e 2009/2010 e, no ano de 2010, tomou posse no Cargo de Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ocupando vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho. Integra, atualmente, a 2ª Seção de Dissídios Individuais e a 2ª Turma julgadora. É diretor da Escola Judicial do TRT4. No magistério, exerce a função de Professor de Direito do Trabalho na Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (FEMARGS). É mestre em direito pela UFRGS (2004) e doutorando em Direitos Humanos na Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha/Espanha, tendo obtido nesta instituição o Diploma de Estudos Avançados (DEA).

CERTIFICADOS:

Serão expedidos pelas três entidades envolvidas (EJ-TRT4, PUCRS, UCM) e firmados pelos coordenadores acima indicados.

PROGRAMA:

DIA E TURNO	ATIVIDADE
09.01.2017 Mañana	Apertura coordinadores académicos Denise Fincato (PUCRS) y Jesús Lahera Forteza (UCM) 1ª Ponencia : El futuro del Derecho del Trabajo-Perspectivas, Joaquín García Murcia, Catedrático Derecho del Trabajo UCM 2ª Ponencia : Crisis económica y reforma laboral en España, Jesús Lahera Forteza, Profesor Titular Derecho del Trabajo UCM.
09.01.2017 Tarde	3ª Ponencia : Protección multinivel internacional de los derechos laborales y sociales, Fernando Valdés Dal-Ré, Catedrático Derecho del Trabajo UCM y Magistrado Tribunal Constitucional
10.01.2017 Mañana	4ª Ponencia : Tiempo de trabajo y teletrabajo en España, Juan Carlos García Quiñones, Profesor Titular Derecho del Trabajo UCM 5ª Ponencia : Accidentes de trabajo y responsabilidades empresariales en España, Beatriz Gutiérrez-Solar, Profesora Titular Derecho del Trabajo UCM



10.01.2017 Tarde	6ª Ponencia : Sistemas flexibles de remuneración en España, Iván López García de la Riva, Profesor asociado Derecho del Trabajo UCM y Socio despacho Abdón Pedrajas&Molero
11.01.2017 Mañana	AUDIENCIA NO TRIBUNAL SUPERIOR – Profª Drª Margarita Aznar
11.01.2017 Tarde	VISITA GUIADA AO TRIBUNAL SUPERIOR – Profª Drª Margarita Aznar VISITA À BIBLIOTECA DO MEySS ou VISITA GUIADA PARA COMPRAS NA LIVRARIA MARCIAL PONS.
12.01.2017 Mañana	7ª Ponencia : Sistemas flexibles de jubilación en España, Yolanda Sánchez Urán, Profesora Titular Derecho del Trabajo UCM
12.01.2017 Tarde	8ª Ponencia : Fuentes internacionales y Derecho del Trabajo Brasileño, Denise Pires Fincato, Profesora PUCRS y abogada. Encerramento do curso. Entrega de certificados. Viño Español.
16.01.2017 Tarde	14hs - Visita à empresa – França (Toulouse)

CUSTO DO CURSO POR PESSOA:

E\$: 178,00 (cento e setenta e oito euros) por pessoa

Deslocamentos durante o evento:

Transfers Madrid (4 dias) - E\$ **150,00** por pessoa (opcional)

Transfer França - E\$ **75,00** por pessoa (opcional)

Valor por pessoa (kit completo):

Histórico	Valor em euros
Taxa fixa do curso	178,00
Transfers Centro/local encontros/Centro – 4 dias*	150,00
Transfer Aeroporto Toulouse/Empresa/Aeroporto*	75,00
	403,00

* opcionais

DESPESAS PESSOAIS, TERRESTRE E AÉREO:

Não incluídos.

PROFESSORES CONFIRMADOS

Jesus Lahera Forteza - UCM

Juan Carlos García Quiñones - UCM

Joaquim Garcia Murcia - UCM

Ivan Lopez - UCM

Yolanda Sanchez Urán Azaña - UCM

Beatriz Gutierrez-Solar Calvo - UCM

Denise Pires Fincato – PUCRS (Brasil)

PROGRAMAÇÃO DAS VIAGENS:



Agência ALLEGRA TURISMO, com *expertise* em organização da parte aérea e terrestre de visitas técnicas e cursos internacionais para profissionais de alto nível. Os coordenadores acadêmicos e profissionais da agência estarão à disposição na Escola Judicial no dia 12-09-2016, segunda-feira, às 18hs – e-mail: adriana@allegra.com.br.

FORMA DE PAGAMENTO E ORGANIZAÇÃO:

- Vagas limitadas.
- Reserva de vaga até 30/09/2016, mediante pagamento do valor provisório de inscrição (178,00).
- Pagamento final e inscrição à ALLEGRA TURISMO até 30/10/2016.
- É **condição para a inscrição** a contratação de seguro de acidentes pessoais.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA:

Será controlada a frequência em todo o curso, inclusive saídas a campo, atribuindo-se certificado aos que obtiverem 100% de presença, conforme normativa da Escola Nacional da Magistratura do Trabalho.

RESERVA DE VAGAS:

Mediante pagamento da taxa do curso (E\$ 178,00) até 30/09/2016.

CURRICULOS DOS MINISTRANTES

- **Jesus Lahera Forteza – UCM**

Doctor en Derecho y Profesor Titular de Derecho del Trabajo y Seguridad Social en la Universidad Complutense de Madrid. Es Profesor también en el Centro de Estudios Garrigues, Master de asesoría jurídico laboral desde el año 2000 en adelante. Es autor o coautor de 10 monografías (entre otras, “La precariedad en el empleo”, Comares, 2004, “La titularidad de los derechos colectivos de trabajadores y funcionarios”, CES, 2000, “Normas laborales y contratos colectivos”, Reus, 2010, “Tiempo de trabajo y conciliación familiar”, Bomarzo, 2009, “Jurisprudencia social: análisis crítico”, La Ley, 2011). Ha coordinado 6 obras colectivas (entre otras, Estructura sectorial de la negociación colectiva en los ámbitos funcionales de las ordenanzas laborales, Ministerio de Trabajo, Madrid, 2004, Relaciones laborales de las personas con discapacidad, Biblioteca Nueva, Madrid, 2005, Manual jurídico de negociación colectiva, La Ley, Madrid, 2008, La transformación del Derecho del Trabajo, Cuadernos de Relaciones Laborales, volumen 25, nº2, 2007, Relaciones laborales, organización de la empresa y globalización, Cinca, Madrid, 2010, Reforma laboral 2012 : preguntas y respuestas, Cinca, Madrid, 2012). Ha participado en más de 60 libros colectivos y es autor de numerosos artículos en revistas especializadas y de análisis jurisprudenciales. Es colaborador habitual de Cinco Días y puntualmente en otros medios de comunicación como El País. Ha sido director de un proyecto de investigación I +D dedicado a la responsabilidad en accidentes de trabajo, ha participado en numerosos proyectos de investigación nacionales y europeos y en diversos contratos de asesoramiento jurídico, entre los que se encuentra durante varios años uno con el servicio jurídico de UGT. En la actualidad es consultor del

despacho AbdonPedrajas&Molero (www.abdonpedrajas.com). En la obra publicada y proyectos de investigación sus líneas de análisis se han centrado en los siguientes temas: contratación laboral temporal y precariedad en el empleo; despido en sus aspectos sustantivos y procesales; titularidad y desarrollo de los derechos colectivos, con especial dedicación a la negociación colectiva; las fuentes de regulación del trabajo; las responsabilidades empresariales en accidentes de trabajo; la flexiseguridad europea y las reformas del mercado de trabajo.

- **Juan Carlos García Quiñones – UCM**

Doctor en Derecho. Profesor Contratado de Derecho del trabajo y de la Seguridad Social en la Universidad Complutense de Madrid. Gerente de la Asociación Española de Derecho del Trabajo y de Seguridad Social. Autor de muchos libros y artículos jurídicos, tales como:

- **Libros**

Políticas activas de empleo durante la crisis económica (2010-2015);

La conciliación judicial en el proceso laboral;

- **Artículos en Periódicos:**

Puesta a disposición del trabajador de la indemnización legal pactada durante el periodo de consultas dentro de los despidos colectivos . Derecho de las relaciones laborales, ISSN 2387-1113, N^o. 4, 2016, págs. 357-368

Las Comisiones Paritarias en el ordenamiento jurídico español: virtualidad y potencialidad dentro del contexto de la negociación colectiva. Juan Carlos García Quiñones. Revista Internacional y Comparada de Relaciones Laborales y Derecho del Empleo, ISSN-e 2282-2313, Vol. 4, N^o. 2, 2016, págs. 51-82

El impacto laboral de los grupos de empresa : una asignatura pendiente del Derecho del Trabajo español. Juan Carlos García Quiñones. Revista Internacional y Comparada de Relaciones Laborales y Derecho del Empleo, ISSN-e 2282-2313, Vol. 4, N^o. 1, 2016, págs. 17-46

Derecho de huelga y grupos de empresa: lesión del derecho de huelga por quien no es empresario de los trabajadores huelguistas. Juan Carlos García Quiñones. Derecho de las relaciones laborales, ISSN 2387-1113, N^o. 4, 2015, págs. 446-456

Real Decreto-Ley 11/2013, de 2 de agosto, para la protección de los trabajadores a tiempo parcial y otras medidas urgentes en el orden económico y social [BOE n.º 185, de 3-VIII-2013]: protección de los trabajadores a tiempo parcial. Juan Carlos García Quiñones. Ars Iuris Salmanticensis: AIS : revista europea e iberoamericana de pensamiento y análisis de derecho, ciencia política y criminología, ISSN-e 2340-5155, Vol. 2, N^o. 1, 2014, págs. 270-273

Cláusula penal versus tutela del interés del menor en los precontratos de deportistas menores de edad. (Comentario a la STS - Sala de lo Civil, Sección 1ª - de 5 de febrero de 2013). Juan Carlos García Quiñones. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N^o 3, 2014, págs. 93-110

Derecho sindical y crisis económica. Juan Carlos García Quiñones. Revista universitaria de ciencias del trabajo, ISSN 1576-2904, N^o 15, 2014 (Ejemplar dedicado a: Derecho del trabajo, constitución y crisis económica: Estudios en homenaje al Profesor Fernando Valdés Da-Ré), págs. 321-338

El régimen jurídico de la retribución en el ordenamiento español: herencias y tendencias. Juan Carlos García Quiñones. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 1, 2013, págs. 33-61.

El tratamiento de la seguridad y salud laboral en la negociación colectiva. Juan Carlos García Quiñones. Anuario e relaciones laborales en España, ISSN 2254-3112, N° 3, 2012, págs. 285-288.

La seguridad y salud en el trabajo: una perspectiva general en el contexto del ordenamiento jurídico español. Juan Carlos García Quiñones. Documentación laboral, ISSN 0211-8556, N° 94, 2012, págs. 84-111

Designación de los representantes de los partícipes en suspenso en la comisión de control de los fondos de pensiones del sistema de empleo (Comentario a la STS, Sala de lo Contencioso-Administrativo, Sección 3ª de 4 de abril de 2011). Juan Carlos García Quiñones. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 11, 2012, págs. 67-84.

Pensión de viudedad y acreditación de la convivencia en el supuesto de parejas de hecho (A propósito de la STS de 12 de noviembre de 2010). Juan Carlos García Quiñones. Documentación laboral, ISSN 0211-8556, N° 91, 2011, págs. 143-160

Delocalizzazione produttiva e diritto del lavoro nell'esperienza spagnola. Juan Carlos García Quiñones. Lavoro e diritto, ISSN 1120-947X, Vol. 25, N° 1, 2011 (Ejemplar dedicado a: Delocalizzazioni produttive e dumping sociale), págs. 71-87

Pacto de no competencia y nulidad de los pactos que dejan la validez y cumplimiento de una obligación contractual al arbitrio de uno de los contratantes (Comentario a la STS de 22 de febrero de 2011). Juan Carlos García Quiñones. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 2, 2011, págs. 797-810

Regulación legal de un sistema específico de protección por cese de actividad de los trabajadores autónomos: entre el efectismo y la efectividad (Comentario a la Ley 32/2010, de 5 de agosto). Juan Carlos García Quiñones. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 1, 2011, págs. 839-873

Determinación del convenio aplicable e incumplimiento del plazo de comunicación previa a la reincorporación en la excedencia voluntaria. Juan Carlos García Quiñones. Aranzadi Social: Revista Doctrinal, ISSN 1889-1209, Vol. 3, N° 5 (Jun), 2010, págs. 59-66.

Regulación legal de un sistema específico de protección por cese de actividad de los trabajadores autónomos. Juan Carlos García Quiñones. Diario La Ley, ISSN 1989-6913, N° 7503, 2010.

Aspectos laborales del Real Decreto-Ley 1/2010, de 5 de febrero, y de la posterior Ley 9/2010, de 14 de abril, sobre los controladores civiles de tránsito aéreo. Juan Carlos García Quiñones. Diario La Ley, ISSN 1989-6913, N° 7408, 2010

Carácter transaccional y no vinculante de la oferta empresarial expresada con el reconocimiento de la improcedencia del despido y el ofrecimiento de la indemnización cuando no es aceptada por el trabajador: (a propósito de la STS de 18 de diciembre de 2009). Juan Carlos García Quiñones. Documentación laboral, ISSN 0211-8556, N° 88, 2010, págs. 133-146

Compatibilidad de la prestación de gran invalidez con el trabajo por cuenta ajena en jornada ordinaria (comentario a la STS 14 de Octubre de 2009). Juan Carlos García

Quiñones. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, Nº 1, 2010, págs. 765-780

- **Colaboraciones en obras colectivas:**

La organización del tiempo de trabajo y descanso y la conciliación en el teletrabajo. Juan Carlos García Quiñones. Trabajo a distancia y teletrabajo: estudios sobre su régimen jurídico en el derecho español y comparado / coord. Por Alicia Villalba Sánchez; Lourdes Mella Méndez (ed. lit.), 2015, ISBN 978-84-9098-797-1, págs. 129-170

Mantenimiento de los servicios esenciales de la comunidad en caso de huelga: sentencia TC 184/2006, de 19 de junio. Juan Carlos García Quiñones. Libertad sindical y otros Derechos de acción colectiva de trabajadores y empresarios: 20 casos de trabajadores y empresarios. / Joaquín García Murcia (dir.), 014, ISBN 9788490598122, págs. 601-642

La incapacidad temporal: una institución en permanente estado de sospecha dentro del sistema de seguridad social. Juan Carlos García Quiñones. Los retos financieros del sistema de seguridad social: Libro Homenaje al Profesor Antonio Ojeda Avilés / Francisco Ortiz Castillo (dir.), Cristina Sánchez-Rodas Navarro (dir.), Guillermo Rodríguez Iniesta (dir.), 2014, ISBN 978-84-92602-77-3, págs. 533-540.

La concurrencia de culpas entre trabajador y empresario en los accidentes de trabajo :configuración legal y tratamiento jurisprudencial: Comunicación a la Segunda Ponencia Temática. Juan Carlos García Quiñones. La responsabilidad civil por daños en las relaciones laborales : XXIII Congreso Nacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, 2013, ISBN 978-84-15305-54-5

Movilidad funcional, movilidad geográfica y modificación sustancial de condiciones de empleo. Juan Carlos García Quiñones. Reforma laboral 2012: preguntas y respuestas / coord. por Jesús Lahera Forteza, Juan Carlos García Quiñones, 2012, ISBN 978-84-15305-33-0, págs. 13-52

Violencia de género y planes de igualdad. Juan Carlos García Quiñones. Violencia de género y derecho del trabajo: estudios actuales sobre puntos críticos / Lourdes Mella Méndez (dir.), 2012, ISBN 9788490200490, págs. 513-566

Negociación colectiva sobre contratación y promoción profesional. Juan Carlos García Quiñones. Anuario de relaciones laborales en España: Objetivo el trabajo / coord. por Antonio Ferrer Sais; Santos Ruesga Benito (ed. lit.), Carlos Resa Nestares (ed. lit.), Vol. 2, 2011 (2011), ISBN 978-84-9768-874-1, págs. 160-161

Bonificaciones de cuotas a la Seguridad Social. Juan Carlos García Quiñones. La reforma del mercado de trabajo de 2010 / coord. por Fernando Valdés Dal-Ré, Elías González-Posada Martínez, Alberto Valdés Alonso, 2011, ISBN 978-84-290-1655-0, págs. 407-442

La contratación en la negociación colectiva. Juan Carlos García Quiñones. Anuario de relaciones laborales en España: Objetivo el trabajo / coord. por Antonio Ferrer Sais; Santos Ruesga Benito (ed. lit.), Carlos Resa Nestares (ed. lit.), Vol. 1, 2010 (2010), ISBN 978-84-614-1047-7, págs. 151-154

La representación sindical interempresa o territorial. Juan Carlos García Quiñones. La representación de los trabajadores en las nuevas organizaciones de empresa / Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), María Luisa Molero Marañón (dir.), 2010, ISBN 978-84-86716-44-8, págs. 125-150

Régimen de actividad de las empresas de trabajo temporal españolas en la Unión Europea o en el Espacio Económico Europeo. Juan Carlos García Quiñones. Comentarios a la Ley de Empresas de Trabajo Temporal / María Luisa Molero Marañón (dir.), Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2009, ISBN 978-84-8126-297-1, págs. 677-732

Régimen profesional común del trabajador autónomo. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo, Jesús Lahera Forteza, Juan Carlos García Quiñones El estatuto del trabajo autónomo / coord. por Jesús Cruz Villalón, Fernando Valdés Dal-Ré, 2008, págs. 115-194

Tiempo de trabajo e igualdad de género en el ámbito laboral. Juan Carlos García Quiñones. Igualdad de género y relaciones laborales / Beatriz Quintanilla Navarro (dir.), Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2008, ISBN 978-84-8417-315-1, págs. 177-210

Capítulo 8: Vigencia y sucesión de convenios colectivos. Juan Carlos García Quiñones. Manual Jurídico de Negociación Colectiva / coord. por Jesús Lahera Forteza; Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2008, ISBN 978-84-9725-878-4, págs. 461-530

La solución extrajudicial de conflictos en las reestructuraciones empresariales. Juan Carlos García Quiñones. El éxito de la negociación en las reestructuraciones empresariales / coord. por Miguel Cuenca Alarcón, 2005, ISBN 84-205-5098-1, págs. 105-133

El concepto jurídico laboral de discapacitado. Juan Carlos García Quiñones. Relaciones laborales de las personas con discapacidad / coord. por Jesús Lahera Forteza; Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2005, ISBN 84-9742-433-6, págs. 27-87

El depósito de la indemnización: mecanismo liberatorio de los salarios de tramitación. Juan Carlos García Quiñones. Nuevo régimen jurídico del despido y del desempleo: análisis crítico de la Ley 45/2002, de 12 de diciembre / Pedro Gete Castrillo (dir.), Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2003, ISBN 84-932576-2-1, págs. 164-179

- **Joaquim Garcia Murcia – UCM**

Doctor en Derecho. Director del Departamento de Derecho del Trabajo y Seguridad Social de la Universidad Complutense de Madrid. Autor de obras como: Derecho del Trabajo (Labour Law); (en colaboración con A. Martín Valverde y F. Rodríguez Sañudo Gutiérrez), Tecnos, Madrid. Employment and Industrial Relations Glossary (Spain); Dirección general: Prof. Dr. Tiziano Treu; Dirección para España: Prof. Dr. Antonio Martín Valverde; Editorial Sweet and Maxwell; 1ª ed. London, 1991; ISBN: 0421-44840-7/92-826-2602-4; Depósito legal: SY-70-91-003-EN-C. Tratado Práctico de Derecho del Trabajo; (dirección y coordinación con Antonio Martín Valverde); Thomson/Aranzadi, Pamplona, 2008; Vol. I, II y III, 3467 pp.; ISBN: 978-84-8355-293-3. Tratado Práctico de Derecho de la Seguridad Social; (dirección y coordinación con Antonio Martín Valverde); Thomson/Aranzadi, Pamplona, 2008; Vol. I y II, 1673 pp.; ISBN: 978-84-8355-769-3. La transposición del derecho social comunitario al ordenamiento español; Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales; Madrid, 2005, ISBN: 84-8417-195-7

- **Ivan Lopez – UCM**

Especializado en Técnicas de Investigación Social, cuantitativas y cualitativas, aplicadas a las ciencias sociales y las ciencias naturales, así como en elaboración de Indicadores Sociales y Estudios de Mercado; en particular hasta el momento en los ámbitos de la sociología del medio ambiente, protección de áreas naturales, energía, cambio climático, ciudades. Trayectoria académica internacionalizada en cuanto a publicaciones, estancias académicas, participación en congresos internacionales, organización de actividades académicas internacionales. Docencia en Licenciatura, Grado, Doble Grados, Master. Dirección de 6 Tesis de Master. Experiencia de investigación en más de 10 investigaciones competitivas, 2 de las cuales como investigador principal; organizador de sesiones en congresos internacionales; miembro de comités científicos internacionales; evaluador de proyectos de investigaciones internacionales y autonómicos; evaluador de artículos en revistas internacionales y nacionales. Publicaciones en 4 artículos, dos de ellos en revistas internacionales indexados en el Journal Citation Reports; 1 libro colectivo y 5 capítulos de libros, varios de ellos en editoriales incluidas en el Scholarly Publishers Indicators.

- **Yolanda Sanchez Urán Azaña– UCM**

Licenciada y Doctora en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid, es actualmente Profesora Titular de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social en la Facultad de Derecho de dicha Universidad, donde también ostenta el cargo de Vicedecana de Innovación y Espacio Europeo de Enseñanza Superior y Planes de Estudios desde el 1 de marzo de 2007. Especialista en materia de Derecho Laboral, Yolanda Sánchez-Urán Azaña ha llevado a cabo numerosos estudios científicos plasmados en distintas obras tanto individuales como colectivas, interviniendo asimismo en múltiples Congresos de relevancia nacional. Ha participado en múltiples Proyectos de Investigación, financiados tanto por entidades locales como autonómicas o nacionales, en el seno de los cuales ha tenido la oportunidad de llevar a cabo estudios de gran repercusión. Autora de libros y artículos de revistas, tales como:

- Libros

Responsabilidad social de las organizaciones: una perspectiva jurídica en el marco de la economía sostenible en la Unión Europea. coord. por María Amparo Grau Ruiz; Yolanda Sánchez-Urán Azaña (dir.), Juan Sánchez Calero Guilarte (pr.). Grupo 5, 2013. ISBN 978-84-939872-4-4

Protección social complementaria. Raquel Aguilera Izquierdo, Guillermo Leandro Barrios Baudor, Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Tecnos. ISBN 978-84-309-4347-0

Factbook: Seguridad social. Belén Alonso-Olea García, Isabel García Rodríguez, Yolanda Sánchez-Urán Azaña, Antonio Vicente Sempere Navarro, Lourdes Meléndez Morillo-Velarde. Editorial Aranzadi, 2005. ISBN 8497679431

Protección social complementaria. Raquel Aguilera Izquierdo, Yolanda Sánchez-Urán Azaña, Guillermo Leandro Barrios Baudor. Universidad Complutense, 2003. ISBN 84-8481-012-7

El alto directivo laboral: (un estudio jurídico sobre la titularidad y el ejercicio del poder en la empresa) : tesis doctoral realizada por Yolanda Sánchez-Urán Azaña,

bajo la dirección del Prof. Dr. D. Manuel Alonso Olea [Recurso electrónico]. Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Universidad Complutense, 2003. ISBN 84-669-0275-9

La incapacidad temporal: régimen jurídico y negociación colectiva. José Luis Tortuero Plaza, Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Fundación MAPFRE, 1996. ISBN 84-7100-921-8 **Seguridad Social y constitución.** Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Madrid : Civitas, 1995. ISBN 84-470-0500-3

- Artículos

Ciudadanía de la Unión Europea y Derechos de protección social comunitaria. Balance y perspectivas del modelo condicional de solidaridad social comunitaria. Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Civitas. Revista española de derecho europeo, ISSN 1579-6302, N^o. 56, 2015, págs. 43-88

Derecho comunitario de residencia y acceso a las prestaciones sociales de subsistencia. El alcance limitado de la libertad de circulación de los demandantes de empleo en la UE (1) Yolanda Sánchez-Urán Azaña. La Ley Unión Europea, ISSN-e 2255-551X, número 32, 2015, 30 págs.

Estatuto jurídico del alto directivo laboral. Nuevas perspectivas en el ámbito privado y en el ámbito público Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Revista del Ministerio de Empleo y Seguridad Social, ISSN 2174-7504, N^o. 118, 2015 (Ejemplar dedicado a: Derecho del Trabajo), págs. 15-48

Libertad de circulación comunitaria, situación de necesidad y protección social básica. Extensión y límites de la igualdad por razón de nacionalidad. Comentario a la STJUE de 11 de noviembre, C-333/13, Asunto DANO

Yolanda Sánchez-Urán Azaña. Foro: Revista de ciencias jurídicas y sociales, ISSN 1698-5583, Vol. 17, N^o. 2, 2014, págs. 423-435

Adecuación y sostenibilidad de las prestaciones contributivas (en especial, de las pensiones) del sistema de Seguridad Social: sobre el factor de sostenibilidad y otros mecanismos correctores de la cuantía de las prestaciones contributivas. Yolanda Sánchez-Urán Azaña.

Nueva revista española de derecho del trabajo, ISSN 0212-6095, N^o. 161, 2014, págs. 145-158

Constitución española, protección social y sostenibilidad económica. Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Revista del Ministerio de Empleo y Seguridad Social, ISSN 2174-7504, N^o. 108, 2014, págs. 357-379

Trabajadores de edad avanzada II. Compatibilidad trabajo-pensión. Cuestiones prácticas tras la Reforma 2013 Yolanda Sánchez-Urán Azaña.

Actualidad laboral, ISSN 0213-7097, N^o 10, 2013, pág. 4

, ISSN 0212-6095, N^o 34, 1988, págs. 287-304.

- Colaboraciones en obras colectivas:

Marco normativo de la responsabilidad social empresarial. Helena Ancos Franco, Yolanda Sánchez-Urán Azaña Responsabilidad social de las organizaciones: una perspectiva jurídica en el marco de la economía sostenible en la Unión Europea / coord. por María Amparo Grau Ruiz; Yolanda Sánchez-Urán Azaña (dir.), Juan Sánchez Calero Guilarte (pr.), 2013, ISBN 978-84-939872-4-4, págs. 27-86

Concepto y caracteres de la responsabilidad social. Yolanda Sánchez-Urán Azaña, Mónica Fuentes Naharro, Isabel Fernández Torres, Manuel Ignacio Feliú Rey, Alejandro Zornoza Somolinos. Responsabilidad social de las organizaciones: una perspectiva jurídica en el marco de la economía sostenible

en la Unión Europea / coord. por María Amparo Grau Ruiz; Yolanda Sánchez-Urán Azaña (dir.), Juan Sánchez Calero Guilarte (pr.), 2013, ISBN 978-84-939872-4-4, págs. 87-133

Instrumentos de RSE: códigos de conducta y publicidad. Yolanda Sánchez-Urán Azaña, Manuel Ignacio Feliú Rey, Alejandro Zornoza Somolinos. **Responsabilidad social de las organizaciones:** una perspectiva jurídica en el marco de la economía sostenible en la Unión Europea / coord. por María Amparo Grau Ruiz; Yolanda Sánchez-Urán Azaña (dir.), Juan Sánchez Calero Guilarte (pr.), 2013, ISBN 978-84-939872-4-4, págs. 135-195

Dimensión laboral de la responsabilidad social. Yolanda Sánchez-Urán Azaña. **Responsabilidad social de las organizaciones:** una perspectiva jurídica en el marco de la economía sostenible en la Unión Europea / coord. por María Amparo Grau Ruiz; Yolanda Sánchez-Urán Azaña (dir.), Juan Sánchez Calero Guilarte (pr.), 2013, ISBN 978-84-939872-4-4, págs. 259-307.

La nueva protección de la dependencia: naturaleza. Yolanda Sánchez-Urán Azaña. **La situación de dependencia:** régimen jurídico aplicable tras el desarrollo reglamentario, estatal y autonómico, de la Ley de Dependencia / coord. por Remedios Roqueta Buj, 2009, ISBN 978-84-9876-594-6, págs. 29-57

Modelo legal de la Seguridad Social y Constitución Yolanda Sánchez-Urán Azaña. **Legislación histórica de previsión social** / Joaquín García Murcia (dir.), María Antonia Castro Argüelles (dir.), 2009, ISBN 978-84-9903-344-0, págs. 437-448

Igualdad de trato en la negociación colectiva del sector sanitario. Raquel Aguilera Izquierdo, Rosario Cristóbal Roncero, Yolanda Sánchez-Urán Azaña **La igualdad ante la Ley y la no discriminación en las relaciones laborales** : XV Congreso Nacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Lleida, 28 y 29 de mayo de 2004, 2005, ISBN 84-8417-184-1, págs. 981-998

La protección social complementaria en el marco del derecho a la protección social. Raquel Aguilera Izquierdo, Yolanda Sánchez-Urán Azaña. **El modelo social en la Constitución española de 1978** / coord. por Rodrigo Martín Jiménez, Antonio Vicente Sempere Navarro, 2003, ISBN 84-8417-142-6, págs. 1071-1113

- **Beatriz Gutierrez-Solar Calvo – UCM**

Profesora Titular de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social en la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad Complutense de Madrid desde 2003. Ha participado en diferentes proyectos de Investigación, entre otros: Europeización del derecho del trabajo español: repercusión de la doctrina del Tribunal de Luxemburgo en los tribunales laborales españoles, UCM 1999-2000; Los representantes de los trabajadores en la empresa, UCM 2003; La negociación colectiva en el sector sanitario, Comisión Nacional Consultiva de Convenios Colectivos 2003; Políticas de conciliación de la vida laboral y familiar y su instrumentación jurídica, MEC 2004-2007; Movilidad laboral europea, Instituto Complutense de Estudios Internacionales, 2005; Coordinación de actividades empresariales y trabajo autónomo en los sectores de la construcción y servicios de instalación de la Comunidad de Madrid, Comunidad de Madrid-UPTA 2006; La igualdad de género en el ámbito laboral como presupuesto del Estado Social y

Democrático de Derecho", Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales 2007; Igualdad de género y relaciones laborales, UCM y FECYT 2008-2010; Relaciones laborales y diálogo social en Europa, Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales 2008; Transversalidad de género en las relaciones laborales, MEC I+D+I SEJ007-68075 CICYT 2008. Ha publicado los siguientes libros: *Naturaleza y configuración jurídica del deber de seguridad y salud en el trabajo* (Consejo Económico y Social, Madrid 1999), **El desplazamiento temporal de trabajadores en la Unión Europea** (Aranzadi, Pamplona 2000) y **Culpa y riesgo en la responsabilidad civil por accidentes de trabajo**, Civitas, Madrid 2004. Así mismo tiene más de 50 artículos, capítulos de libros y comentarios a sentencias sobre derecho penal del trabajo, la Ley General de Seguridad social, derecho a la salud, mercado europeo de empleo, el conflicto laboral, el Estatuto del Trabajo Autónomo, negociación colectiva, Ley de Prevención de Riesgos Laborales, igualdad de género y relaciones laborales, tráfico intracomunitario de trabajadores, responsabilidad civil por riesgo, la extinción de los contratos de los autónomos, etc. Autora de Artículos de revistas tales como:

- **Libros**

Culpa y riesgo en la responsabilidad civil por accidentes de trabajo. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Madrid : Civitas, 2004. ISBN 84-470-2166-1

Derecho sancionador público del trabajo. Luciano Cordero Saavedra, Rodrigo Martín Jiménez, Antonio Vicente Sempere Navarro, Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Editorial Constitución y Leyes, COLEX, 2001. ISBN 84-7879-685-1

El desplazamiento temporal de trabajadores en la Unión Europea. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Editorial Aranzadi, 2000. ISBN 84-8410-519-9

El deber de seguridad y salud en el trabajo: un estudio sobre su naturaleza jurídica. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Consejo Económico y Social de España, 1999. ISBN 84-8188-090-6.

- **Artículos en Periódicos**

Prevención de riesgos laborales y crisis económica. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Revista universitaria de ciencias del trabajo, ISSN 1576-2904, N° 15, 2014 (Ejemplar dedicado a: Derecho del trabajo, constitución y crisis económica: Estudios en homenaje al Profesor Fernando Valdés Da-Ré), págs. 237-249

"Indemnizaciones por extinción del contrato de los autónomos económicamente dependientes: las dificultades de un sistema de compensaciones no tasadas". Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Aranzadi Social: Revista Doctrinal, ISSN 1889-1209, Vol. 3, N° 10 (Oct), 2010, págs. 37-43

Propuesta de reforma del sistema de compensaciones económicas en los accidentes de trabajo. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo, Jesús Lahera Forteza. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 1, 2010, págs. 461-482

El acoso en el trabajo: límites de los deberes empresariales de protección y responsabilidades solidarias:(Comentario a la STS de 15 de diciembre de 2008, recurso 178/2008). Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 2, 2009, págs. 843-850

Responsabilidad civil por accidentes de trabajo: ¿es la limitación de la responsabilidad extracontractual un criterio adecuado para determinar el orden jurisdiccional competente? (Comentario a la STS 1ª de 15 de enero de 2008). Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica, ISSN 0213-0556, N° 1, 2008, págs. 603-616

- **Colaboraciones en obras colectivas**



La responsabilidad civil por riesgo como garantía de la obtención de la compensación de daños por accidentes de trabajo tras la Ley de Jurisdicción Social 36/2011: Comunicación a la Tercera Ponencia Temática. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. La responsabilidad civil por daños en las relaciones laborales : XXIII Congreso Nacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, 2013, ISBN 978-84-15305-54-5

Las causas del despido por razones empresariales. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. La reforma del mercado de trabajo de 2010 / coord. por Fernando Valdés Dal-Ré, Elías González-Posada Martínez, Alberto Valdés Alonso, 2011, ISBN 978-84-290-1655-0, págs. 159-184

El derecho aplicable en supuestos de desplazamiento temporal de trabajadores en el marco de una prestación de servicios: encrucijada de libertades y principios comunitarios en conflicto Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo Los mercados laborales y las políticas sociales en Europa: XX Congreso Nacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Logroño, 28 y 29 de mayo de 2009, Vol. 2, 2010, ISBN 978-84-8417-373-1, págs. 601-616

Régimen de actividad en España de empresas de trabajo temporal de la Unión Europea y del Espacio Económico Europeo. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Comentarios a la Ley de Empresas de Trabajo Temporal / María Luisa Molero Marañón (dir.), Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2009, ISBN 978-84-8126-297-1, págs. 647-676

Ley de accidentes de trabajo de 30 de enero de 1900. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo, Jesús Lahera Forteza Legislación histórica de previsión social / Joaquín García Murcia (dir.), María Antonia Castro Argüelles (dir.), 2009, ISBN 978-84-9903-344-0, págs. 43-52

Ambito y fuentes de regulación del trabajo autónomo. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo, Jesús Lahera Forteza. El estatuto del trabajo autónomo / coord. por Jesús Cruz Villalón, Fernando Valdés Dal-Ré, 2008, págs. 63-114

Régimen profesional común del trabajador autónomo. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo, Jesús Lahera Forteza, Juan Carlos García Quiñones. El estatuto del trabajo autónomo / coord. por Jesús Cruz Villalón, Fernando Valdés Dal-Ré, 2008, págs. 115-194

La tutela del derecho a la igualdad entre mujeres y hombres. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Igualdad de género y relaciones laborales / Beatriz Quintanilla Navarro (dir.), Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2008, ISBN 978-84-8417-315-1, págs. 435-468

Capítulo 26: La negociación colectiva de los autónomos. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Manual Jurídico de Negociación Colectiva / coord. por Jesús Lahera Forteza; Fernando Valdés Dal-Ré (dir.), 2008, ISBN 978-84-9725-878-4, págs. 1355-1405

El recargo de prestaciones económicas de la Seguridad Social del art. 123 LGSS y grado de concreción de las medidas de protección incumplidas: comentario a la sentencia, Juzgado de lo Social de Vigo, de 2 de marzo de 2000 Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Accidentes de trabajo y enfermedades profesionales / coord. por M^a Asunción Domblás, Maite Fernández Baraibar, 2007, ISBN 978-84-8355-400-5, págs. 1249-1254

Algunos aspectos polémicos del régimen jurídico del recargo de prestaciones públicas de la Seguridad Social del art. 123 LGSS: exigencias constitucionales de tipicidad, determinación del sujeto responsable en supuestos



de contratas y subcontratas y concurrencia de un comportamiento negligente del trabajador

Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Accidentes de trabajo y enfermedades profesionales / coord. por M^a Asunción Domblás, Maite Fernández Baraibar, 2007, ISBN 978-84-8355-400-5, págs. 1301-1309

Sobre el reconocimiento de la pensión de viudedad a los supervivientes de parejas del mismo sexo que no han formalizado su matrimonio ante la entrada en vigor de la Ley 13/2005. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. La economía de la seguridad social: sostenibilidad y viabilidad del sistema, 2006, ISBN 84-95863-66-9, págs. 469-477.

Responsabilidad civil por accidentes de trabajo a cuya producción ha contribuido el trabajador. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Nueva sociedad y derecho del trabajo / coord. por Efrén Borrajo Dacruz, 2004, ISBN 84-9725-535-6, págs. 441-454

La distinción de lógicas de las políticas de inmigración y asilo y las autorizaciones para trabajar: Comunicación a la Ponencia Temática II. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. Derechos y libertades de los extranjeros en España : XII Congreso Nacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Vol. 2, 2003, págs. 809-818

La aplicación de los arts. 82.3 y 41.4 et a los convenios colectivos extraestatutarios. Beatriz Gutiérrez-Solar Calvo. La eficacia de los convenios colectivos, 2003, ISBN 84-8417-132-9, págs. 867-878

- **Denise Pires Fincato – PUCRS (Brasil)**

Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994), Mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999), Doutorado em Direito - Universidad de Burgos (2001). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com ênfase no Pós-Graduação, onde ministra as disciplinas de Metodologia da Pesquisa Jurídica e Novas Tecnologias e Relações de Trabalho. Na graduação e pós-graduação, leciona ainda as disciplinas de Direito do Trabalho, Prática e Processo do Trabalho. É pesquisadora do CNPq, FAPERGS, FAPEMA, onde desenvolveu/desenvolve pesquisas envolvendo os temas: ensino jurídico, trabalho infantil, teletrabalho, processo eletrônico, direito laboral e inovações tecnológicas. Integra comissões editoriais de diversas revistas e é avaliadora no CNPq, CAPES e CONPEDI. Possui experiência na administração acadêmica, tendo sido coordenadora do Departamento de Prática Jurídica da PUCRS (2005-2008) e Coordenadora de Curso (2005-2008). Integrou a lista tríplice (2008) e a lista sêxtupla (2012) para preenchimento da vaga de Desembargador Federal do Trabalho reservada aos advogados no Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região (quinto constitucional). Integrante do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RS (licenciada). Conselheira da AGETRA - Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (2010-2012). Diretora Cultural da AGETRA - Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (2013-2015). Conselheira da AGETRA (2015-2017). Conselheira Fiscal do Instituto do Câncer Infantil (2014-2017). Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, Rio Grande do Sul - Diretora da Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia - OAB/RS. Acadêmica Titular da Cadeira nº 34 da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito



do Trabalho. Sócia e advogada Trabalhista no escritório Souto, Correa, Cesa, Lummertz e Amaral Advogados.

Publicações:

Livros:

FINCATO, D. P.. Novas Tecnologias, Processo e Relações de Trabalho. 1. ed. Porto Alegre: Sapiens, 2015. 695p .

FINCATO, D. P.; MATTE, M. (Org.) ; Guimarães, Cíntia (Org.) . DIREITO E TECNOLOGIA: reflexões sociojurídicas. 1. ed. Porto Alegre: DO ADVOGADO, 2014.

FINCATO, D. P.. A PESQUISA JURIDICA SEM MISTERIOS: DO PROJETO DE PESQUISA À BANCA. 2. ed. Porto Alegre: Sapiens, 2014.

PROENÇA, L. F. (Org.) ; FINCATO, D. P. (Org.) . Lulu das Plaquetas: mensagens e imagens de um ano de luta. 1. ed. PORTO ALEGRE: Sapiens, 2014. v. 500. 256p .

FINCATO, D. P.; NASCIMENTO, C.B ; VASCONCELOS, Laura . CARTILHA DO EMPREGADOR: MANUAL PARA PEQUENOS E GRANDES EMPREENDEDORES DA INICIATIVA PRIVADA. 1. ed. PORTO ALEGRE: HS EDITORA, 2012. v. 1. 72p .

FINCATO, D. P.. Novas Tecnologias e Relações de Trabalho: Reflexões. 1. ed. Porto Alegre: Magister, 2011. 167p .

FINCATO, D. P.. Pesquisa Jurídica sem Mistérios: do Projeto de Pesquisa à Banca. Porto Alegre: NOTADEZ, 2008.

Artigos:

FINCATO, D. P.; Souto, Paulo R. C. de Oliveira . Sociedade Anônima e Diretores Eleitos: Reflexões Trabalhistas. Justiça do Trabalho, v. 1, p. 17, 2016.

FINCATO, D. P.; Korpalski Filho, G. . A distribuição dinâmica do ônus da prova no processo do trabalho: o novo CPC e a Instrução Normativa n. 39 do TST. Revista Magister de Direito do Trabalho, v. Anúncio, p. 25, 2016.

FINCATO, D. P.. A regulamentação do teletrabalho no Brasil: indicações para uma contratação minimamente segura. Revista Jurídica Luso-brasileira, v. 1, p. 365, 2016.

FINCATO, D. P.; KRIEGER, M. A. . Habeas Data na Justiça do Trabalho. Justiça do Trabalho, v. 32, p. 38-58, 2015.

FINCATO, D. P.; SANTOS, L. P. N. . VÍDEO COMO PROVA E PROCESSO ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO: TECNOLOGIAS EM CONFLITO. Justiça do Trabalho, v. 32, p. 7-27, 2015.

FINCATO, D. P.; KRIEGER, M. A. . O ciber como território do processo. Páginas de Direito, v. 1, p. 1-12, 2014.

FINCATO, D. P.. LEI 12486/2013: IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. Justiça do Trabalho, v. 31, p. 45-60, 2014.

FINCATO, D. P.; ZIMMER, C. . Lei 12846/2013 e dissolução compulsória da pessoa jurídica empregadora: análise da responsabilidade patronal. PANORAMA LEGAL, v. ESPECIAL, p. 15, 2014.

FINCATO, D. P.; KRIEGER, M. A. . Das ações constitucionais: habeas data. Páginas de Direito, v. 1, p. 1-12, 2014.



FINCATO, D. P.. Lei nº 12846/2013 e a Dissolução Compulsória da Pessoa Jurídica Empregadora: Análise da Responsabilidade Patronal. LTr. Suplemento Trabalhista, v. 077, p. 345-348, 2014.

RUARO, Regina ; FINCATO, D. P. . TELETRABALHO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. Direitos Fundamentais & Justiça, v. 27, p. 129, 2014.

FINCATO, D. P.. Teletrabajo en Brasil. Reflexiones sobre la protección de la salud del trabajador frente a la isonomía del trabajo presencial. Revista de Derecho Comunicaciones y Nuevas Tecnologías (En Línea), v. 1, p. 2, 2014.

BUBLITZ, M. D. ; FINCATO, D. P. . A NEGOCIAÇÃO COLETIVA COMO FERRAMENTA REGULAMENTADORA DE NORMA ABERTA: O TELETRABALHO E A LEI 12551/2011. Revista do Direito (Santa Cruz do Sul. Online), v. 3, p. 107-135, 2014.

FINCATO, D. P.. O princípio da precaução como norteador da gestão de recursos humanos na educação a distância. Panorama Legal, v. IV, p. 12-14, 2013.

FINCATO, D. P.. TELETRABALHO: DE CHAPPE A NILLES. Justiça do Trabalho, v. 358, p. 52, 2013.

FINCATO, D. P.; NASCIMENTO, C. B. . Teletrabalho e Direitos Fundamentais Sociais: entre a modernidade sólida e a pós-modernidade líquida. Direitos Fundamentais & Justiça, v. 7, p. 196-215, 2013.

FINCATO, D. P.; FREITAS, R. H. . Ius Postulandi, Assistência Judiciária e Processo Eletrônico: Reflexões sobre o Processo do Trabalho. Justiça do Trabalho, v. 347, p. 7, 2012.

FINCATO, D. P.. Relações Trabalhistas e revogação de delegações em cartórios extrajudiciais: ocorrência de factum principis e responsabilidade do estado. Justiça do Trabalho, v. 333, p. 93-110, 2011.

FINCATO, D. P.. ESTAGIO DOCENCIA, PRATICA JURIDICA E DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA. Revista Direito GV, v. 6, p. 29-38, 2010.

FINCATO, D. P.; BUBLITZ, M. D. . Proteção Legal do Acesso ao Trabalho das Pessoas Portadoras de Deficiência: um direito fundamental. Direitos Fundamentais & Justiça, v. 12, p. 158-183, 2010.

BUBLITZ, M. D. ; FINCATO, D. P. . Proteção Legal do Acesso ao Trabalho das Pessoas Portadoras de Deficiência: Um Direito Fundamental. Direitos Fundamentais & justiça, v. 12, p. 158-183, 2010.

FINCATO, D. P.. TELETRABALHO: APROXIMAÇÕES EPISTEMOLOGICAS. Revista Magister de Direito Trabalhista e Previdenciário, v. 31, p. 34-40, 2009.

FINCATO, D. P.. TELETRABALHO: APROXIMAÇÕES EPISTEMOLOGICAS. Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, v. 26, p. 68-72, 2009.

FINCATO, D. P.. INTERNET E RELAÇÃO DE EMPREGO: REFLEXOES SOBRE A ESPIONAGEM E O CYBERBULLYING. Justiça do Trabalho, v. 26, p. 39, 2009.

FINCATO, D. P.; GUDDE, A.C. . TRABALHO E SAUDE MENTAL - UMA BREVE ABORDAGEM JURÍDICA. Revista da ADPPUCRS, v. 10, p. 29-41, 2009.

FINCATO, D. P.; GUDDE, A.C. ; NASCIMENTO, C.B ; BEM, C.R. de ; LOTTERMANN, Denise R. ; LOTTERMANN, Daniela R. ; BOEIRA, G.D. ; LAZZARIN, H.K. ; STEFANINI, K.C.S. ; BECKER, M.Q. ; BORGES, M.M. ; ARAUJO, S.R.C. ; CRUZ, T.B.G. ; SZUPEZYNSKI, V.de R. . SAUDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TELETRABALHO: REFLEXOES E DILEMAS NO CONTEXTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA TRABALHADORA. Direitos Fundamentais & justiça, v. 9, p. 101-123, 2009.



Capítulos em livros:

FINCATO, D. P.; Guimarães, Cíntia . Evolução digital e relações de trabalho: o direito ao esquecimento e sua interface com o determinismo tecnológico. In: Narciso Leandro Xavier Baez; Vinícius Almada Mozetic; Nuria Beloso Martin; Helena Nadal Sánches. (Org.). O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais. 1ed.Joaçaba: UNOESC, 2015, v. 1, p. 231-247.

GILLET, S. A. C. ; FINCATO, D. P. . DO PAPEL À TELA: conexões entre o direito à produção probatória e a aplicação dos princípios da intermedialidade e da hiper-realidade no processo judicial eletrônico. In: FINCATO, Denise Pires. (Org.). Novas Tecnologias, Processo e Relações de Trabalho. 1ed.Porto Alegre: Sapiens, 2015, v. , p. 647-659.

FINCATO, D. P.. TRABALHO E TECNOLOGIA: REFLEXÕES. In: FINCATO; D.P.; MATTE, M.; GUIMARAES, C.I.S. (Org.). DIREITO E TECNOLOGIA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS. 1ed.porto alegre: do Advogado, 2014, v. , p. 9-18.

FINCATO, D. P.; BUBLITZ, M. D. . REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA EUROPA COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. In: STRAPAZZON, C.L.; GOMES, E.B.; SARLET, I.W.. (Org.). COLEÇÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS NA VISÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA. 1ed.CURITIBA: INSTITUTO MEMORIA, 2014, v. 2, p. 160-176.

FINCATO, D. P.; Guimarães, Cíntia . Direito ao Esquecimento e Determinismo Tecnológico nas Relações de Trabalho: Reflexões à Luz dos Direitos Humanos. In: Clóvis Gorczewski. (Org.). DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. 1ed.Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013, v. 4, p. 295-312.

FINCATO, D. P.; CRACCO NETO, H. B. ; SORIA, J. S. . DE CHAPPE A NILLES: A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NO TRABALHO E A INVENÇÃO DO TELETRABALHO - UMA REVISÃO NECESSÁRIA. In: STRAPAZZON, C.L.; GOLDSCHIMIDT, R.; TRAMONTINA, R.. (Org.). Teoria Geral e Mecanismos de Efetividade no Brasil e na Espanha: Tomo I (Série Direitos Sociais Fundamentais). 1ed.Joaçaba: UNOESC, 2013, v. 1, p. 109-121.

FINCATO, D. P.. Contributo ao ensino jurídico (ou a utopia possível). In: MOLINARO, Carlos Alberto; et.al.. (Org.). METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO: REVISÃO CRÍTICA. 1ed.porto alegre: EDIPUCRS, 2013, v. 1, p. 73-102.

FINCATO, D. P.; GUDDE, A.C. . EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO DIREITO À LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO - O PROBLEMA DAS REDES SOCIAIS. In: TRAMONTINA, R.; NERY, R.; SCHNEIDER, Y.. (Org.). Relações de trabalho e seguridade social no Brasil e na Alemanha: Tomo II (Série Direitos Fundamentais Sociais). 1ed.Joaçaba: UNOESC, 2013, v. 2, p. 207-226.

FINCATO, D. P.. Teletrabalho transnacional, Dumping social e a Rerum Novarum: reflexões. In: Luiz Eduardo Gunther e Marco Antônio César Villatore. (Org.). RERUM NOVARUM - Estudos em homenagem aos 120 anos de Encíclica Papal. 1ed.Porto Alegre: Juruá Editora, 2011, v. , p. 363-380.

FINCATO, D. P.. Teletrabalho: Estudos para Regulamentação a partir do Direito Comparado. In: Denise Pires Fincato. (Org.). Novas Tecnologias e Relações de Trabalho: Reflexões. 1ed.Porto Alegre: Magister, 2011, v. , p. 13-46.

FINCATO, D. P.; OLICHESKI, A. T. . Globalização e Direitos Fundamentais Sociais. In: Denise Pires Fincato. (Org.). Novas Tecnologias e Relações de Trabalho: Reflexões. 1ed.Porto Alegre: Magister, 2011, v. , p. 95-106.



FINCATO, D. P.. MEIO AMBIENTE LABORAL: FERRAMENTAS LEGAIS BRASILEIRAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL. In: GORCZEWSKI, C.. (Org.). DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POLITICA. PORTO ALEGRE: IMPRENSA LIVRE, 2010, v. 1, p. 193-217.
FINCATO, D. P.. Prática Jurídica. In: Söhngen, Clarice Beatriz da Costa. (Org.). Faculdade de Direito da PUCRS : 60 anos de histórias e desafios : 1947-2007. porto alegre: edipucrs, 2007, v. , p. 33-54.

Anais de Eventos:

FINCATO, D. P.. Princípio da fraternidade e teletrabalho: a concretização do valor social do trabalho. In: 55 Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, 2015, São Paulo. Jornal do 55 Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2015. v. 1. p. 37-39.

FINCATO, D. P.; BITENCOURT, M. . Teletrabalho Transnacional: a norma mais favorável como garantia de eficácia dos Direitos Humanos Trabalhistas. In: Seminario de Pesquisa Interdisciplinar, 2013, Florianopolis. V SPI 2013, 2013.

FINCATO, D. P.. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: o teletrabalho. In: 12º Congresso de Stress da ISMA-BR, 14º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, 4º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e 4º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público, 2012, Porto Alegre/RS. ANAIS 12º Congresso de Stress da ISMA-BR. Porto Alegre/RS: ISMA BRASIL, 2012.

FINCATO, D. P.. Meio Ambiente Laboral e Teletrabalho. In: 4º CONGRESSO IBEROAMERICANO DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES, 2011, PORTO ALEGRE. ANAIS IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES. PORTO ALEGRE: LEX MAGISTER, 2011. p. 36-48.

Projetos de Pesquisa:

2014 – Atual: PROCESSO ELETRONICO E COMPETENCIA TERRITORIAL: REFLEXÕES. Descrição: Analisa as alterações dogmáticas geradas pela informatização do processo, especialmente no quesito competência territorial. (PROBIC FAPERGS). Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2014 – Atual: REPENSANDO A INCAPACIDADE LABORAL: O TELETRABALHO. Descrição: Observa como as tecnologias influenciam padrões jurídicos de capacidade/incapacidade para o trabalho, em especial estudando o teletrabalho. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2014 – Atual: PROCESSO ELETRONICO E COMPETENCIA TERRITORIAL: REFLEXOES. Descrição: Analisa as alterações dogmáticas decorrentes da informatização do processo, especialmente no que tange à competência territorial (PROBITI FAPERGS). Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2013 – 2015: PERSPECTIVAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA POR MEIO DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO VIA CONTRATAÇÃO NA MODALIDADE DE TELETRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NO GRUPO RBS - RIO GRANDE DO SUL. Descrição: Pesquisa observação, com acompanhamento da implantação do teletrabalho, voltado a pessoas com deficiência. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.



2013 – 2015: O VALOR SOCIAL DO TRABALHO E O PRINCIPIO DA FRATERNIDADE: REFLEXOES SOBRE O TELETRABALHO E O ISOLAMENTO SOCIAL DO LABORISTA EM FACE DO CONVIVIO HUMANO VIRTUALIZADO. Descrição: Analisar o meio ambiente virtual como espaço de convivio fraterno e, nele, de prestação laboral (via teletrabalho) de PCD's. Verificar se o valor social do trabalho se concretiza. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - Bolsa.

2013 – Atual: TELETRABALHO TRANSNACIONAL: A NORMA MAIS FAVORÁVEL COMO GARANTIA DE EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS TRABALHISTAS. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2013 – Atual: TELETRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL DOS DEFICIENTES. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2013 – Atual: TELETRABALHO NO BRASIL, ESPANHA E PORTUGAL: VISÕES. Descrição: Debater o teletrabalho nos três países, verificando se no Brasil sua regulamentação está a contento. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2013 – Atual: O VALOR SOCIAL DO TRABALHO E O PRINCIPIO DA FRATERNIDADE: REFLEXOES SOBRE O TELETRABALHO E O ISOLAMENTO SOCIAL DO LABORISTA EM FACE DO CONVIVIO HUMANO VIRTUALIZADO. Descrição: Estuda o teletrabalho como modalidade de trabalho, o ambiente virtual como espaço de relacionamentos e os riscos inerentes ao isolamento. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

2012 – 2015: O valor social do trabalho e o princípio da fraternidade: reflexões sobre o teletrabalho e o isolamento social do laborista em face do convívio humano virtualizado. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2012 – 2015: Perspectivas para inclusão social da pessoa com deficiência por meio da inserção no mercado de trabalho via contratação na modalidade teletrabalho: um estudo de caso no grupo RBS - Rio Grande do Sul. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2012 – 2015: PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA POR MEIO DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO O GRUPO RBS/RS. Descrição: Acompanhamento de "case" que consiste na criação de posto de teletrabalho, seleção de candidatos e validação da lotação. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2011 – 2015: TELETRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL DE DEFICIENTES. Descrição: Analisar se o teletrabalho promove a inserção social dos deficientes, via análise do valor social do trabalho. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Financiador(es): Pontificia Universidade Catolica do Rio Grande do Sul - Bolsa.



2011 – Atual: TELETRABALHO, ESCRAVIDÃO DIGITAL E ISO 26000: UM NOVO PARADIGMA REGULATÓRIO ÀS RELAÇÕES VIRTUAIS DE TRABALHO. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2010 – 2011: O MEIO AMBIENTE LABORAL E O TELETRABALHO. Descrição: Com a passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial firmada pela evolução tecnológica, nasce uma nova modalidade de trabalho, ou seja, o teletrabalho. Com isso, abriu-se um campo de discussão sobre os impactos de tal atividade laborativa no que concerne à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho, no teletrabalho. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

2010 – 2011: TELETRABALHO: PERSPECTIVAS PARA A INSERÇÃO SOCIAL DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DO TRABALHO. Descrição: Primeiramente, para compreensão do tema referente ao presente estudo, faz-se necessário conceituar o teletrabalho que, conforme o ensinamento de Pinho Pedreira é a atividade do trabalhador desenvolvida total ou parcialmente em locais distantes da sede principal da empresa, de forma telemática. Dentre os diversos fatores que ocasionaram alterações nos regimes de trabalho, destacam-se a realidade econômica, os altos índices de desemprego, o fenômeno da globalização, as transformações tecnológicas e, evidentemente, os desequilíbrios no mercado de trabalho. Neste contexto, as novas formas de trabalho, como o trabalho a distância e o teletrabalho, cada vez mais, ganham força. As novas tecnologias contribuem para novas concepções de trabalho, pois o trabalho intelectual não precisa mais ser realizado no ambiente empresarial. Trata-se de uma reestruturação nas relações de trabalho. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

2010 – 2011: TELETRABALHO TRANSNACIONAL: MECANISMO PARA O DUMPING SOCIAL? Descrição: Com a passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial firmada pela evolução tecnológica, nasce uma nova modalidade de trabalho, ou seja, o teletrabalho. O avanço das tecnologias de informação e comunicação, o estabelecimento da chamada nova ordem econômica mundial e os movimentos globalizatórios contribuem para o implemento do trabalho transnacional, notoriamente virtualizado. Passou-se a observar a exploração do ciberemprego transnacional, ou teletrabalho internacional. Muitas vezes, portanto, empresas sediadas em países desenvolvidos ou com cargas sociais elevadas exploram a atividade de empregados cidadãos e residentes em países subdesenvolvidos e com cargas sociais baixíssimas, evidenciando o fenômeno denominado dumping social.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

2009 – 2011: SAÚDE E SEGURANÇA NO MEIO AMBIENTE LABORAL: O TELETRABALHO. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2008 – Atual: NOVAS TECNOLOGIAS, PROCESSO E RELAÇÕES DE TRABALHO. Descrição: A pesquisa provocará o repensar e, a partir disto, a



desconstrução e reconstrução do conceito clássico de relação de emprego, a partir da inserção das novas tecnologias (notoriamente informacionais) no contexto laboral. Verificará, ainda, as hipóteses em que o uso das novas tecnologias pode estar (ou não) travestindo relações de emprego em meras relações de trabalho. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2002 – 2002: A ATUAÇÃO DA OIT NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL. Descrição: A exploração abusiva do trabalho de menores teve seu apogeu quando da Revolução Industrial (EUA e Inglaterra) onde a mão de obra infantil era extremamente barata e muito rentável. Nessa época, paradoxalmente, inúmeros movimentos surgiram em prol dos direitos mínimos aos trabalhadores. É nesse momento que surge a preocupação com o menor e sua atividade laboral. A OIT, em 1919 inicia sua cruzada rumo às convenções internacionais de trabalho, que teriam por preocupação primeira o trabalho de menores e mulheres. Em sendo a OIT mais recomendadora que impositora de normas trabalhistas, como tornar efetiva a proteção preconizada em seus documentos?. Situação: Desativado; Natureza: Pesquisa.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

Para a **reserva da vaga (até 30/9)** será observada a soma geral do custo fixo do curso, dividida por 35.

Em **03/10 serão conferidas as vagas** efetivamente reservadas e, caso não ocupadas as 35 ofertadas, a participação será oportunizada a Magistrados de outras regiões, além de outros profissionais interessados (MPT, peritos, advogados).

Se não forem preenchidas as 35 vagas ofertadas, havendo a turma mínima de 20 pessoas, **no ato da confirmação da inscrição (de 30/10) poderão ser feitos ajustes nos valores** (cobrando-se dos inscritos eventuais diferenças, que serão rateadas igualmente).

A inscrição não será feita sem a contratação de um seguro de acidentes pessoais internacional (cobertura Espanha e França).

O pagamento da taxa fixa do curso não é parcelável (E\$ 177,85).

Aéreo e terrestre não incluídos.

A documentação pessoal para viagem é responsabilidade de cada participante (os países visitados, até o presente momento, não exigem visto).